Brasília, 31 de janeiro de 2020.

À PRESIDÊNCIA

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB

Brasília

*É tarefa própria do fiel leigo anunciar o Evangelho com um exemplar testemunho de vida, radicada em Cristo e vivida nas realidades temporais: família; compromisso profissional no âmbito do trabalho, da cultura, da ciência e da pesquisa; exercício das responsabilidades sociais, econômicas, políticas. Todas as realidades humanas seculares, pessoais e sociais, ambientes e situações históricas, estruturas e instituições, são o lugar próprio do viver e do agir dos cristãos leigos. (CDSI, 543).*

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tem como uma de suas grandes fontes inspiradoras seu fundador Dom Helder Câmara, brasileiro, profeta nas lutas pela justiça social, uma voz que permanece a ecoar em favor de todo o povo do Brasil. O “santo rebelde” dá nome ao Centro Nacional de Fé e Política (CEFEP) e, mais do que isso, é a centelha perene de estímulo às ações dessa iniciativa da CNBB. Inspirados na santa insurgência de nosso patrono, a nós compele a ação transformadora e a atuação sempre em combate ao pecado estrutural. Assim, nós, alunas e alunos da 8ª Turma do CEFEP, reunidos em Brasília, representando todas as regiões do Brasil, entendemos que faz parte do nosso compromisso cristão atuar no campo político, pois é missão das leigas e dos leigos participar da construção da sociedade*.*

Estimulados pela inquietude cristã e cívica de Dom Helder e tendo em vista o grave momento político que o país atravessa em decorrência dos desmontes das políticas públicas e das instituições que alicerçam a democracia, nós, do CEFEP, somos encorajados a solicitar que a CNBB se posicione junto aos políticos representantes de nossas comunidades, exortando-os a ações e comportamentos condignos com a fé que professam e alinhados aos organismos do Povo de Deus. Considerando a atuação histórica e marcante dessa instituição na sociedade brasileira, reconhecemos que se torna importante seu acompanhamento ativo nos momentos críticos, tendo em vista a severidade das consequências causadas pelas ações e decisões advindas desse governo.

Tal retrocesso político atinge de maneira profunda a nossa “Casa Comum”; as universidades públicas; os institutos de pesquisa; os órgãos de fomento à ciência; os sindicatos; os trabalhadores; os grupos em condições de vulnerabilidade, como os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos e outros. De forma concomitante, ocorrem ataques politicamente orquestrados, destrutivos e contínuos à imprensa livre, às Organizações Não Governamentais (ONGs), aos movimentos sociais e aos grupos que se opõem a política econômica neoliberal.

Os efeitos dessas ações são nefastos para o povo brasileiro, sobretudo, para os mais pobres, que necessitam da proteção do Estado e pelos quais a Igreja faz a opção preferencial.

Por fim, para que a Igreja esteja efetivamente presente nas periferias geográficas e existenciais, faz-se necessário promover e encorajar a participação política dos cristãos leigos e leigas, pois, “[...] a política é essencial para a transformação da sociedade” *(DOC 105, n. 263).* Inspirados no ideal do Papa Francisco, que almeja uma Igreja a serviço dos marginalizados, “[...] ninguém pode sentir-se exonerado da preocupação pelos pobres e pela justiça social” (EG.n.201).

Que, a exemplo de Jesus de Nazaré, possamos ter a coragem para enfrentar as injustiças temporais que afligem o Povo de Deus.

*“*